## **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:							
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:							
LIVRO SEGUNDO							
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO							
ŢÍTULO III							
CRÉDITO TRIBUTÁRIO							
CAPÍTULO IV							
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO							
Cara IV							
Seção IV							
Demais Modalidades de Extinção							

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (*Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 118, de 9/2/2005*)
  - II pelo protesto judicial;
  - III por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

# CAPÍTULO V EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção I Disposições Gerais

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

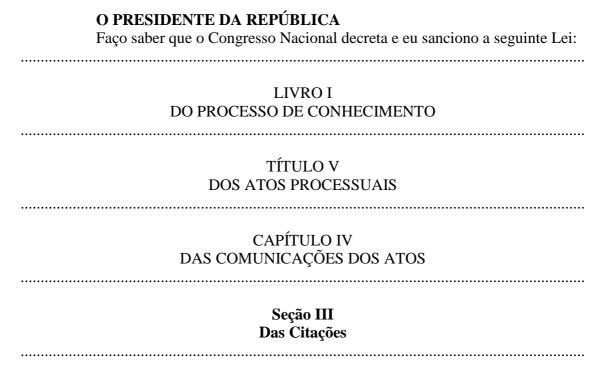
I - a isenção;

II - a anistia.

	Parágrafo	único.	A	exclusão	do	crédito	tributário	não	dispensa	(
cumprim	ento das obrig	gações a	cess	sórias, depe	ender	ites da ob	origação pri	ncipal	l cujo créd	ito
seja excluído, ou dela consequente.										
									• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	

### **LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973**

Institui o Código de Processo Civil.



- Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)
- § 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13/12/1994, publicada no DOU de 14/12/1994, em vigor 60 dias após a publicação)
- § 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13/12/1994, publicada no DOU de 14/12/1994, em vigor 60 dias após a publicação)
- § 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13/12/1994, publicada no DOU de 14/12/1994, em vigor 60 dias após a publicação)
- § 4º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973*)
- § 5° O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição. (<u>Parágrafo com redação</u> dada pela Lei nº 11.280, de 16/2/2006, publicada no DOU de 17/2/2006, em vigor 90 dias após a publicação)
- § 6º Passada em julgado a sentença, a que se refere o parágrafo anterior, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973*)

Art. 220. O disposto no artigo anterior aplica-se a todos os prazos extintivos previstos na lei.	